

**PASSADO E PRESENTE EM TEXTOS TECIDOS POR MULHERES: DO PROCESSO HISTÓRICO DE SUBORDINAÇÃO DAS MULHERES À ESCALADA DE MARIA FIRMINA DOS REIS E A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA**

***PAST AND PRESENT IN TEXTS WRITTEN BY WOMEN: FROM THE HISTORICAL PROCESS OF WOMEN'S SUBORDINATION TO THE CLIMB OF MARIA FIRMINA DOS REIS AND AFRO-BRAZILIAN LITERATURE***

Larissa da Silva Sousa (UNIFESSPA)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa reflete a trajetória intelectual de Maria Firmina dos Reis, a partir da elaboração de uma tradição literária de mulheres brasileiras. Tem o objetivo de refletir sobre o percurso que as escritoras trilharam desde o século XIX até o projeto da Editora Mulheres e a ascensão de Maria Firmina como expoente da literatura afro-brasileira. Para a sua construção, recorremos a uma pesquisa de que envolve desde a história das mulheres até os estudos recentes sobre o conceito de literatura afro-brasileira, para tal acionamos estudos de DEL PRIORE (2011); PERROT (2009); DUARTE (2011); SOUZA (2006), entre outros. Fica evidente a partir deste estudo que as mulheres precisaram percorrer uma rota composta por muitos desafios, sobretudo as mulheres negras, para ascender enquanto escritoras e intelectuais no Brasil e que estudos que versam sobre elas estão cada vez mais necessários e crescentes nas universidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres escritoras; autoria feminina; Maria Firmina dos Reis; Editora Mulheres; literatura afro-brasileira.

**ABSTRACT:** This research reflects the intellectual trajectory of Maria Firmina dos Reis, based on the elaboration of a literary tradition of Brazilian women. It aims to reflect on the path that women writers took from the 19th century to the Editora Mulheres project and the rise of Maria Firmina as an exponent of Afro-Brazilian literature. For its construction, we resorted to research that ranges from women's history to recent studies on the concept of Afro-Brazilian literature, for this we used studies by DEL PRIORE (2009); PERROT (2009); DUARTE (2011); SOUZA (2006), among others. It is evident from this study that women needed to travel a route composed of many challenges, especially black women, to rise as writers and intellectuals in Brazil and that studies that deal with them are increasingly necessary and growing in Brazilian universities.

**KEY-WORDS:** Women writers; female authorship; Maria Firmina dos Reis; Editora Mulheres; Afro-Brazilian literature.

## **INTRODUÇÃO**

A história das mulheres é marcada por rupturas a inúmeros métodos de subordinação através dos quais, historicamente, tiveram seus direitos negados. As mulheres coloniais passaram por longo processo de adestramento, essa tentativa de domesticação da figura

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, lotada na Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO/UNIFESSPA, Mestra em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, doutoranda em Estudos Literários, na Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: [larissousa@unifesspa.edu.br](mailto:larissousa@unifesspa.edu.br) <http://lattes.cnpq.br/6777431449881412>

feminina era feita na intenção de torná-la responsável pela casa, pela família, presa ao casamento e à procriação, na figura da santa-mãezinha (DEL PRIORE, 2009), tarefas que ocupavam todo o seu tempo, sem espaço e/ou permissão para que praticassem outras atividades. Este fato reverbera há séculos, sustentando uma hierarquia entre os gêneros que se estabelece a partir da construção histórica de poder masculino. Enquanto os homens estavam nas ruas, na política, nos trabalhos burocráticos, nos campos de batalhas; as mulheres cuidavam da casa, dos filhos, dos afazeres domésticos e de atividades socialmente desvalorizadas.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2014), a violência simbólica, constante na dominação masculina diante de corpos femininos, é um poder que impõe significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força. Funcionando como manutenção de um poder que se mascara nas relações que se infiltra no pensamento e na forma com que a sociedade enxerga o mundo.

Durante o século XIX, em meio às transformações legadas deste tempo histórico, decorrentes, sobretudo, da industrialização e urbanização presentes na Europa e Estados Unidos, ideias civilizadoras são fomentadas por grupos sociais que idealizavam a educação e a religião como estratégias na relação de poder, para impor um comportamento social individual e coletivamente aceitável. A situação da mulher nesse período histórico era de extrema segregação, anulação de direitos e exposição à fragilidade, omissões sociais quanto à conduta masculina e insegurança jurídica para o sexo feminino.

Aqui viajaremos com as mulheres que fizeram de suas vidas espaço de resistência por meio da escrita e da literatura. Umas escrevendo, enquanto o mundo, a família e os esposos queriam que elas se dedicassem às cozinhas, às casas e os quintais; e outras que se dedicaram a buscar pelas anteriores, as publicar e as fazer conhecidas por todas as mulheres do presente e do futuro, deixando evidente que as mulheres brasileiras do século XIX escreveram e fizeram história.

## **A MULHER NO TEMPO: OS DESAFIOS DAS ESCRITORAS DO SÉCULO XIX**

A História é uma construção social influenciada pelo sistema de valores e pela trama das relações sociais e de poder, estabelecidas em cada época e lugar. Historicamente, o discurso dominante sempre foi produzido por homens, principalmente brancos e das classes sociais mais altas. E é devido a este fato que a figura da mulher sempre esteve ligada ao que se considerava “menor”, “marginal” ou “menos importante”, resultando no apagamento da história das mulheres, promovido pelo corporativismo masculino de professores, editores,

jornalistas – intelectuais de maneira geral. A este apagamento, Constância Lima Duarte vem chamar de “memoricídio feminino”, apagamento deliberado da história das mulheres.

O ideário elaborado de que a mulher não tinha capacidade de adentrar espaços que utilizavam da intelectualidade como princípio, as trancou dentro das casas, fazendo com que estivessem dedicadas aos “mais diversos cursos destinados à clientela feminina, de todo o tipo como: costura, bordados, flores, rendas, bolos, enfeite” (STAMATTO, 2002, p. 4). Para a pesquisadora,

O aumento gradual dos efetivos femininos na rede escolar pública ocorreu durante o século XIX, quando estatisticamente havia uma menina para cada três alunos nas escolas públicas ao final do referido século. A criação das escolas “mistas” regidas por professoras no final do Império, fez aumentar significativamente o contrato de mulheres (STAMATTO, 2002, p. 7).

Para Michelle Perrot (2009), estes são responsáveis por um esquecimento forjado sobre as mulheres que não se trata de uma perda de memória, simples e despreziosa, mas é “resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras” (PERROT, 2009, p. 112).

Excluídas da cena pública pelas funções ditadas pela “natureza” e pela vontade de deuses/Deus, as mulheres não podiam aparecer nela a não ser como figurantes mudas, penetrando por arrombamento ou a título de exceção – as mulheres “excepcionais”, heroicas, santas ou escandalosas – relegando à sombra a massa das outras mulheres. Na Antiguidade greco-romana como a Idade Média cristã, o silêncio da História sobre as mulheres é impressionante (PERROT, 2009, p. 112).

De acordo com Mary Del Priore (2011), o século XIX foi marcado por profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais da Europa ocidental, mudanças que acabaram afetando o mundo todo em virtude das características do processo de expansão, e é a partir de então que as mulheres da burguesia passam a integrar o público leitor. Nesse momento, o papel feminino é redefinido, elas passam a ser vistas como colaboradoras do homem, educadoras dos filhos e anjos do lar. Foi no século XIX que surgiram movimentos sociais como o socialismo e os feminismos, promovendo a reivindicação sufragista. Que traria o direito ao voto feminino. Tais discussões, estimularam em muitas mulheres o anseio pela sua liberdade de expressão, pelo domínio de seus corpos e suas vidas, e isso reverberou por todo o Brasil oitocentista.

Nesse período, surge uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa: as mulheres brancas casadas passavam a exercer a função de “mobilidade social” através da sua postura nas festas e salões de leituras, elas eram as responsáveis por manter o prestígio social da família. É certo que essa era a realidade de mulheres brancas, cujas famílias eram melhores

acentuadas socialmente, passa longe de ser a realidade de mulheres de pele negra, que neste período histórico estavam fadadas ao trabalho ou à satisfação sexual.

Tiveram que acender à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo (DEL PRIORE, 2011, p. 403).

De acordo com Bhabha (1998), a literatura produzida por quem experimentou a colonização, como os indígenas, os negros e as mulheres, são documentos de uma sociedade dividida pelos efeitos do imperialismo e devem convidar a comunidade intelectual a meditar sobre os mundos desiguais. Em concordância com o que diz Gerda Lerner (1986), homens e mulheres foram excluídos e discriminados por conta de sua cor, classe e lugar de onde vieram, entretanto, nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, porém, todas as mulheres foram. Para Spivak (2010), as camadas mais baixas da sociedade são constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante, nessas camadas concentram-se os negros e as mulheres, são os subalternos.

Se a História Oficial deixou registrada somente a história de submissão e opressão das mulheres, os estudos que envolvem gênero, autoria e imprensa feminina vêm desvelar trajetórias de mulheres que não se calaram diante das imposições patriarcais e transgrediram-nas. E fizeram isso através do uso da palavra. A imprensa feminina no século XIX proporcionou, às mulheres que tinham acesso a ela, a circulação de ideias, levando conhecimento e, garantindo uma conexão entre elas.

A produção literária das mulheres desde o seu início – até os dias atuais - tem sido questionada: existe literatura feminina ou literatura de mulher? Para Marina Colasanti (1997), a sociedade não quer saber se de fato existe uma literatura feminina. O que ela quer é colocar em dúvida a sua existência.

Apesar da onda dos anos sessenta que envolveu os escritos das mulheres em um grande e esperançoso movimento, não conseguimos vencer a barreira. O preconceito perdura. Pesquisas mostram que basta a palavra mulher em um título para espantar os leitores homens e abrandar o entusiasmo dos críticos. E embora não precisemos mais nos esconder atrás de pseudônimos masculinos, como no século XIX, sabemos que os leitores abordam um livro de maneira diferente quando ele é escrito por uma mulher ou por um homem (COLASANTI, 1997, p. 37).

Para a autora, em nenhuma outra arte a presença da mulher é tão questionada, sobretudo porque nenhuma trabalha com o poder tão ameaçador como é o da palavra (COLASANTI, 1997), justamente pelo fato de que através dessa produção escrita/literária as

mulheres conseguem refletir e se conectarem através do compartilhamento de vivências e concepções de mundo que as diferencia dos homens e sua produção artístico-literária, não por existir diferença estética ou competição de qual gênero escreve melhor, mas sim por enxergarem o mundo e serem enxergadas por ele de maneira diferente da maneira que os homens são vistos.

No século XIX, mesmo em meio às dificuldades que foram impostas às mulheres que se pretendiam “da pena”, apesar de toda a estrutura opressora, de maneira crescente, as mulheres, principalmente as de famílias mais abastadas passaram a se apropriar da palavra escrita. No início do século, surgia o primeiro periódico literário feminino no Brasil, intitulado de *O Jornal das Senhoras*, tratava além de literatura, sobre arte e modas, o que representou uma grande conquista para a época. O periódico enfrentou grandes dificuldades para se manter, “não faltando quem hostilizasse o empreendimento dessas *femmes savantes*” (BROCA, 1979, p. 76), mas mesmo em meio a todas as dificuldades, o jornal ainda teria durado quatro anos. Foi também nesse século que a poeta Julia Ward Howe escreveu o seu *Passion-flowers* com o qual obteve muito sucesso, chegando a ser considerada a melhor poeta dentre as mulheres.

Mesmo precisando usar pseudônimos, nomes masculinos ou “nomes genéricos”, de maneira recorrente, se desculpando por sua “petulância”, algumas mulheres conseguiram penetrar no tal círculo detentor da palavra escrita. Para Telles (p. 402, 2011), “é o romance que difunde a prosa da vida doméstica cotidiana, tendo como tema central o que os estudiosos denominaram ‘romance de família’, contribuindo para a construção do ideário burguês”. No Brasil, nomes como os de Nísia Floresta, Narcisa Amália de Campos, Maria Benedicta Bormann, Maria Firmina dos Reis escreveram romances – outros gêneros também – transportando para o papel representações de uma sociedade excludente e preconceituosa.

De acordo com Constância Duarte (2000), a escritora Nísia Floresta teve uma atuação política, social e literária significativa em sua época, publicou livros em português, francês e italiano. Foi pioneira na mudança educacional no Brasil, fundou o Colégio Augusto, currículo em que constavam propostas inovadoras, fazendo com que Nísia fosse duramente criticada por priorizar outras atividades em oposição às atividades domésticas. Para Duarte (2000), Nísia foi vítima de difamação e esquecimento, sua figura foi envolvida por uma espécie de “manto de esquecimento”. Republicana e abolicionista, também foi precursora na abordagem de questões como a do indígena brasileiro. Em seu livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, usava da sua escrita para reivindicar igualdade e educação para as mulheres. Nísia

Floresta scandalizava o conservadorismo da burguesia monárquica preconizando a emancipação da mulher e defendendo ideias revolucionárias.

Assim como Nísia Floresta, a gaúcha Maria Benedita Bormman foi uma escritora de ideais progressistas, que escrevia como forma de libertação da mulher e precisou adotar o uso de pseudônimo para que sua real identidade fosse preservada, assinava como “Délia”. A escritora colocava abertamente que sua obra misturava fatos que ela havia vivenciado com criação literária, ficção. Logo, conforme Telles (2000), através da leitura de sua obra apreende-se seus ideais e crêdulos, suas andanças e aventuras pela vida, ficando assim a cargo da imaginação decidir o que é fictício e o que é real, em seus escritos sempre tematizou a existência da mulher, em muitas variações, como criadora de vida e de arte numa sociedade em que reinava a escravidão e a submissão do sexo feminino, onde o talento de uma mulher não era reconhecido e elas não podiam serem tidas como escritoras. Com o passar dos anos, os livros de Délia foram ficando cada vez mais raros de serem encontrados, foi então que a autora, assim como inúmeras outras, acabou caindo no esquecimento.

É comum que sua imagem seja sempre atrelada a de uma outra escritora oitocentista: Maria Firmina dos Reis. Por algum motivo ainda desconhecido, por muitos anos, a imagem de Maria Benedita Bormman apareceu na internet atribuída à Maria Firmina dos Reis, porém, que ao que consta, Maria Firmina não deixou registro fotográfico ou imagem em pintura, e, talvez por isso, utilizaram da imagem de outra mulher para representá-la. Esse engano, no entanto, agrava outra omissão na história da literatura brasileira: o embranquecimento de autores/autoras negras, já que a imagem de Benedita Bormman, divulgada equivocadamente como de Firmina é a imagem de uma mulher branca, pois Bormman era filha de alemães, enquanto Firmina era uma mulher negra.

### **TEXTOS TECIDOS POR MULHERES: A EDITORA MULHERES E O RESGATE DE TEXTOS DE AUTORIA FEMININA DO SÉCULO XIX**

Até as mulheres de classes sociais mais abastadas enfrentaram uma série de obstáculos para publicar seus textos e serem aceitas no mundo masculino das letras. A produção delas sempre foi enxergada com reserva pela crítica, o que justifica que em inúmeros prefácios de textos produzidos por mulheres no século XIX, as autoras confessarem um sentimento de insegurança que as dominava, por estarem adentrando um espaço proibido para elas (DUARTE, 2018). De acordo com Caliz-Montoro (1999), a mulher que cria palavras, e não somente crianças, faz isso em desafio a governos autoritários, escrever como mulher, sob a

ameaça de governos autoritários é um desafio ao silêncio imposto pela fúria do poder dominante que tende a querer definir o que podem ou não as mulheres.

Foi por conta dessa necessidade de ouvir e saber o que as mulheres tinham a contar, que nas décadas de 1980 e 1990, um grupo de pesquisadoras – sob a coordenação da professora doutora Zahidé Lupinacci Muzart, da Universidade Federal de Santa Catarina – partilhou o “sonho-projeto” de resgatar a vida e obra de antigas escritoras e, assim, contribuir para o estabelecimento de uma tradição literária feminina no Brasil. O trabalho – que permitiu a descoberta de valiosos manuscritos, primeiras edições e de informações inéditas sobre a participação das mulheres nas letras nacionais – foi publicado em três volumes pela Editora Mulheres, de Florianópolis, e passou a ser utilizado como principal fonte para pesquisas sobre a tradição literária feminina no Brasil.

No início da pesquisa, era voz corrente de que aquelas mulheres do século XIX nada tinham escrito, e, por conseguinte, menos ainda publicado enquanto viveram. Logo ficou claro, porém, que, na verdade, não só escreveram e publicaram uma grande quantidade de textos, mas, bem mais que isso, que esses textos constituíam um legado de boa qualidade literária e de valor histórico inquestionável [...] Era fundamental republicá-las hoje. E, a partir dos primeiros resultados do projeto é que surgiu, de repente, a ideia de criar uma editora, cuja finalidade seria realizar um projeto de resgate (MUZART, 2004, p. 103).

Tudo começou quando a professora de literatura da UFSC foi ministrar um curso sobre a presença das mulheres na literatura brasileira, com o intuito de dar destaque ao que teria sido produzido e publicado no século XIX, e se deparou com uma quase inexistência de mulheres na História da literatura brasileira, “seria crível que as senhoras brasileiras não tivessem deixado uma linha escrita? Nem um conto, um pequeno poema, um soneto, um acróstico?” (MUZART, 2000, p. 17).

Nas décadas iniciais do percurso investigatório, as pesquisadoras enfrentavam muita dificuldade de comunicação, pois nesse período ainda não havia o artifício da internet, elas precisavam se corresponder via fax ou correios, o que tornava o processo mais lento e, ainda, muitas vezes se deparavam com pouco empenho por parte de familiares das escritoras pesquisadas que poderiam colaborar com as investigações, mas que não se empenhavam. Como se tratava de um período ainda não informatizado e de pouco aparato tecnológico, os arquivos públicos, bibliotecas e outras fontes de pesquisa ainda não contavam com acervos digitais que têm hoje, sendo assim, as pesquisadoras precisavam mergulhar em jornais antigos, periódicos e publicações das respectivas épocas que buscavam, o principal objetivo da pesquisa era resgatar parte da obra, tanto na imprensa quanto a literária e, sobretudo,

“mostrar que, apesar da ausência desses nomes nas histórias literárias do século XIX, elas existiram e foram atuantes, a seu modo, em sua época” (MUZART, 2000, p. 19).

Para Muzart (2004), o esquecimento das escritoras do século XIX, não é desprezioso, é um esquecimento político. Essas mulheres não são mulheres “comuns”, ou o que a casta masculina oitocentista esperava que elas fossem. Sendo assim, esse apagamento histórico não se deu só porque mulheres escritoras deveriam ser esquecidas, mas sim foram esquecidas por terem sido atuantes, feministas, “as mulheres não tiveram guarida no nosso cânone literário por critérios outros, que passam por questões de gênero; portanto, um projeto de resgate é antes de tudo um projeto feminista, logo, político” (MUZART, 2004, p. 25).

Em 1995, nasceu a Editora Mulheres, mas só começou a funcionar, de verdade, quando foi preparado, editado e lançado o primeiro livro, o que ocorreu em outubro de 1996. Tratava-se de um projeto muito bem definido e a editora já nascera diretamente vinculada a uma linha de investigação estabelecida, Literatura e Mulher, decorrente de nossa afiliação a um grupo de pesquisa da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) (MUZART, 2000, p. 103).

O catálogo da editora Mulheres contou com cerca de noventa livros publicados. Porém, mais importante que o número de publicações é a contribuição teórica, intelectual e histórica que a editora presta ao trabalhar empenhada no resgate de escritoras invisibilizadas, excluídas do cânone literário. O projeto se alia à crescente tendência da crítica feminista interessada na consolidação da história literária feminina, bem como a revisão e inclusão dessas mulheres escritoras ao cânone literário e intelectual do país. A criação da Editora Mulheres e todo o trabalho de resgate das escritoras do século XIX constituíram um grande marco não só para a história literária brasileira, mas para a história das mulheres no país. A reedição de muitos livros foi fundamental para o conhecimento de outro viés: o que as mulheres pensavam, como viam o mundo, como interagiam e reagiam a ele. Do contrário, continuaríamos sem conhecer grande parte dessa História.

O projeto audacioso de Zahidé Lupinacci Muzart não trata apenas do resultado de uma pesquisa integrada, mas da demonstração de uma rede de trabalho pensada, organizada e mantida por uma equipe de mulheres e de uma “sinfonia ou sintonia de múltiplas vozes em um tempo datado: escritoras brasileiras do século XIX, pesquisadoras brasileiras do século XX, literatura brasileira para o século XXI, que possibilitam reavaliar nossa história cultural” (SCHMIDT, 2005). Para Schmidt (2005), agora cabe superar a fase apontada por Muzart de questionamentos e hipóteses, e saber aproveitar o que a princípio é atordoante: duas mil páginas, cem escritoras do século XIX, centenas de temas, mágoas, vidas, cartas, falas,



ficções, poemas, trinta e cinco pesquisadoras do século XX, uma editora chamada Mulheres, histórias de uma literatura/cultura ainda a ser definida, assimilada e entendida no século XXI.

Há muito o que fazer com essa matemática predominantemente feminina. Atualmente, é expressivo o número de pesquisas, sobretudo, na pós-graduação de trabalhos que versem sobre a mulher enquanto escritora e atuante na história, como que em “resposta” aos inúmeros questionamentos que se faziam ao “Escritoras brasileiras do século XIX”. Uma das escritoras oitocentistas pesquisada e reeditada pela Editora Mulheres, foi Maria Firmina dos Reis, e seu romance *Úrsula*. Em 2009, a editora lança a quinta edição do romance, que posteriormente ganhou outras edições de outras editoras, e vem se tornando cada vez mais um grande expoente da literatura produzida por mulheres no século XIX.

#### **“UMA MARANHENSE” ILUSTRE**

“Uma Maranhense” era o pseudônimo usado por Maria Firmina dos Reis. Por muito tempo a obra da escritora ficou excluída do conhecimento social, só no ano de 1962, quase que por acaso, os pesquisadores José Nascimento Moraes Filho e Horácio de Almeida tiveram acesso ao texto *Úrsula: romance original brasileiro*, registrado por “Uma Maranhense”. Identificaram a autora no Dicionário por Estados da Federação, e encontraram uma série de outras produções realizadas por ela, como: *Gupeva, romance brasiliense*, em 1861, de temática indianista, a obra de poesias *Cantos à beira-mar*, em 1876 e o conto *A Escrava*, publicado em 1887. As pesquisas continuaram e em 1973, José Nascimento Moraes Filho encontra nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, mais escritos de Maria Firmina.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão. Recentemente novos documentos foram localizados em arquivos do Maranhão, pela pesquisadora Mundinha de Araújo - jornalista, ativista e pesquisadora maranhense – sobre Maria Firmina dos Reis, que vieram para “corrigir” informações anteriores: como a sua real data de nascimento, que teria acontecido em 11 de março de 1822, tendo então Maria Firmina vivido por 95 anos – haja vista que seu falecimento aconteceu em 11 de novembro de 1917 – e não 92 anos, como acreditava-se antes dos novos apontamentos e pesquisas. Ainda criança – muito provavelmente numa fuga dos preconceitos e discriminação – mudou-se para o município de Guimarães, com a mãe e a irmã. Elas foram viver na casa de uma tia com melhores condições financeiras e depois com a avó, seria ali que Firmina passaria longos anos de sua vida, crescendo, moldando caráter, estudando, fazendo escolhas profissionais. E foi o que ela fez:

Em 1847 é aprovada em um concurso público para ser professora de “primeiras letras” na cidade do interior, sendo a primeira mulher a ter aprovação em concurso para professora no Estado do Maranhão.

Ali, exercendo a profissão de mestra, Firmina passou longos anos, até se aposentar em 1881. Antes de se aposentar, criou uma sala mista, onde meninas e meninos passariam a assistir aulas juntos, e esse feito causou grande polêmica na época, sendo desfeita por volta de dois anos depois. Mesmo aposentada, Firmina continuou lecionando, dessa vez para crianças de origem mais humilde, filhos de quilombolas e fazendeiros. Como colocado por Machado (2019), “Maria Firmina nasceu destinada a ocupar um espaço social muito pouco acolhedor: como mulher negra, bastarda e de família de poucas posses, ela estava destinada ao silêncio” (MACHADO, 2019, p. 95), porém não o fez. Firmina também escreveu para jornais publicando contos, poesias, crônicas e charadas. Durante muito tempo Maria Firmina contribuiu com a imprensa local, atuando em diversos jornais e periódicos, sempre bastante atuante. Seu primeiro romance *Úrsula*, foi publicado em 1859, porém, consta em pesquisas recentes que no ano de 1857 já havia uma resenha feita sobre ele, ou seja, dois anos antes de sua publicação oficial, já estava pronto.

Do *Álbum*, uma espécie de diário de Maria Firmina dos Reis, foi possível extrair muitas informações sobre a personalidade e as aflições da escritora, mas nada mais político e/ou crítico sobre o meio em que ela vivia, ao menos não de maneira explícita. Ela não teve filhos biológicos, nem se casou. Durante a sua vida, Firmina adotou e foi madrinha de muitas crianças, a maioria delas filhas de escravizados. Foi um desses filhos que concedeu a José Nascimento, o *Álbum*, segundo Leude Guimarães, os escritos teriam sido deixados por Firmina, mas parte deles havia se perdido em um assalto, tratando-se, dessa maneira, apenas de fragmentos do que foi o diário.

O que se tem do diário são trinta páginas datadas de Guimarães, de nove de janeiro de 1853 a primeiro de abril de 1903 – dos 31 aos 81, momento que, provavelmente perdeu a visão – é o que avalia a pesquisadora Luiza Lobo. Segundo ela, o diário:

Apresenta breves notícias e saltos de quatro, por vezes mais anos. Por isso é questionável que parte dos originais tenha sido roubada em assalto numa pensão em São Luís de um baú pertencente ao filho de criação da escritora [...] o *Álbum* parece ter forma entrecortada, descontínua. O conteúdo não parece apresentar páginas perdidas. Entretanto pela ordenação do assunto e a cronologia das datas, tudo indica que o diário foi publicado com a ordem das páginas 159 e 65 trocada (LOBO, 1993, p. 230).

De todo modo, esses escritos são de valor inestimável, pois revelam a visão da vida de uma das mulheres mais ilustres do século XIX, uma precursora em diversos âmbitos, mas

que viveu uma vida de melancolia e reclusão de seus próprios sentimentos, é o que revela o diário. O *Álbum* traz em si uma série de lamentações, sofrimento, tristeza, desejo pela morte, pensamentos suicidas, relatos de morte de pessoas queridas, principalmente de sua mãe e seus filhos de criação.

Ela não chega a citar a temática, mas é visível no *Álbum* a sensação de recusa social que Maria Firmina enfrenta, preconceito, discriminação que, possivelmente, afastou-a de um rapaz que ela cita como tendo sido um, provável, amor “impossível” que teve. Sendo mulher e negra, a adesão de Firmina aos diários, à escrita de diários é, no Brasil, única (MACHADO, 2019, p.14). Ela refaz o percurso de toda a sua vida, desde a infância e adolescência, quando narra que:

“De compleição débil e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio de remate à estas condições disposições naturais. Encerrada na casa materna, só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó cultivava com esmero, talvez por isso eu tanto ame as flores; elas foram o meu primeiro amor. Guimarães, 31 de janeiro de 1869” (REIS apud MORAIS FILHO, 1975).

Esse isolamento que Firmina relata, pode ter sido causado pela tentativa da mãe de proteger as filhas de uma rejeição por serem negras e bastardas. Foi então que a escritora encontrou nos livros e na escrita um meio de externar toda essa realidade de enclausuramento social que vivia, não é à toa que chama o *Álbum*/diário de “o livro da alma”, pois foi usado, de fato, como um espaço em que Firmina desnudava os seus sentimentos e experiências.

## **MARIA FIRMINA DOS REIS: A MATRIARCA DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA**

O delineamento inicial do que viria a ser um projeto de estudo das manifestações artístico-político-literárias organizadas e/ou produzidas por negros no Brasil começou a ser gerado a partir do surgimento, de acordo com Florentina Souza (2006), tanto na mídia quanto nos meios institucionais, de debates alusivos às comemorações do centenário da abolição. Foi então que o romance *Úrsula* foi reeditado. É com esse achado mais de um século depois de sua publicação inicial em jornais da capital da província do Maranhão, que o destino da autora e de seu livro inicia uma trajetória ascendente: *Úrsula* não se trata, somente, do primeiro romance abolicionista, mas, é também o primeiro a tematizar “o assunto negro a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro em nosso país” (DUARTE, 2009, p. 277).

Poderíamos definir literatura afro-brasileira como a produção literária de afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito

de enunciação próprio. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclore, exotismo, regionalismo) (LOBO, 1993, p. 315).

Esse termo e, principalmente, o que ele sugere – uma produção literária produzida por aqueles que experimentam/experimentaram, o que é ser negro dentro de uma sociedade forjada em moldes escravocratas e racistas, como a sociedade brasileira – tem gerado, há muito, discussões que tentam deslegitimar discussões que envolvem esse conceito que ainda está em construção. Essa produção literária vem adquirindo legitimidade desde que passou a ganhar espaço, sobretudo, nos cursos de pós-graduação, tanto em universidades públicas quanto privadas, e de ter crescido no meio editorial.

De acordo com estudos do Professor Eduardo de Assis Duarte, não há dúvidas de que, por um lado, a ampliação da chamada classe média negra, com um número crescente de profissionais com formação superior buscando lugar no mercado de trabalho e no universo do consumo; e, por outro, a instituição de mecanismos como a lei 10.639/2003 ou as ações afirmativas vêm contribuindo para a construção de um ambiente favorável a uma presença mais significativa das artes marcadas pelo pertencimento étnico afrodescendente. Outro nome de forte relevância ao tratar do conceito em construção Literatura Afro-brasileira, a professora e pesquisadora da Federal da Bahia Florentina da Silva Souza (2006), destaca que esses textos, sejam eles literários ou não, são compostos de fragmentos da vivência e das contradições resultantes da ambiguidade de ser, ao mesmo tempo, participante e excluído da história do país. Passando a reafirmar a diferença étnico-cultural e apostar na possibilidade de o discurso identitário afro-brasileiro gerar tensões que contribuam para a emancipação do grupo étnico. De acordo com Eduardo de Assis Duarte (2006), passando a ser

Uma literatura empenhada, sim, mas num projeto suplementar (no sentido derridiano) ao da literatura brasileira canônica: o de edificar uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na diferença que questiona e abala a trajetória progressiva e linear de nossa história literária (DUARTE, 2011, p. 15).

Luiz Silva (2010), mais conhecido por Cuti, um dos mais eminentes intelectuais negros contemporâneos, militante da causa negra, e um dos fundadores e mantenedores da série Cadernos Negros, defende a manutenção da expressão “literatura negra”, mesmo após a popularização do termo literatura afro-brasileira. Segundo a conceituação de Cuti (2010), a literatura negro-brasileira nasce da população negra que se formou fora da África, e da sua experiência no Brasil. Sendo a singularidade negra e, ao mesmo tempo, brasileira, pois a palavra

“negro” aponta para um processo de luta participativa nos destinos da nação e por se tratar de participação na vida nacional, o realce a essa vertente literária deve estar referenciada à sua gênese social ativa. O que há de manifestação reivindicatória apoia-se na palavra “negro”.

Desde que os escritores passaram a produzir literatura assumindo seu pertencimento, enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade afrodescendente, começam a ocupar espaço na cena cultural, tudo isso ao mesmo tempo em que as demandas do movimento negro se ampliam e adquirem visibilidade institucional (DUARTE, 2006). E em “resposta” aos tais questionamentos se há, de fato, uma literatura afro-brasileira as pesquisas apontam para o vigor dessa escrita. Por isso, como aponta o pesquisador “ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros como por Machado de Assis e dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espraia pelas literaturas ditas regionais, ao revelar Maria Firmina dos Reis escrevendo, em São Luís do Maranhão” (DUARTE, 2006). A obra de Firmina dos Reis é o primeiro romance afrodescendente da língua portuguesa – *Úrsula* – publicado no mesmo ano – 1859 - em que Luiz Gama publica suas *Primeiras Trovas burlescas*. Para Florentina Souza:

Estes escritores, embora não estivessem interessados em participar de uma produção textual que se definia como afro-brasileira, podem hoje, a posteriori, ser lidos como antecessores de uma produção textual intencionalmente definida como afrodescendente, compondo assim uma versão da história da literatura no Brasil (SOUZA, 2006, p. 66).

E assim faz Firmina dos Reis ao “dar à luz” a essa filha de maneira lúcida e consciente, narrando as reminiscências de Preta Suzana, compondo contra-narrativas à história que contam do negro no Brasil. Ao abrir o caminho, criando um discurso em que cabe a representação/produção da identidade afro-brasileira, Maria Firmina e a sua escrita de reivindicação passam a permitir que esses sujeitos possam “propor alterações”, tanto no cânone literário, quanto na sociedade.

Precusores como Maria Firmina dos Reis permitiram que, como afirmado por Florentina Souza (2006), a partir do final da década de 1970, outros escritores passassem a se organizar com o objetivo de tornarem audíveis suas vozes de crítica e de protesto, contra os modelos de representação da tessitura das relações raciais no Brasil.

Diversificado, necessário e produtivo para a construção de identidades, os movimentos negros no Brasil têm-se mobilizado para a realização de rituais de afirmação como celebração de datas, resgate de acontecimentos históricos, releitura e organização de arquivos que contestam a pretendida homogeneidade das histórias registradas e resgatadas pela memória cultural instituída, a promoção de atos públicos de protesto e de denúncia com vistas a interferir na base de construção da memória,

na disposição de forças políticas da sociedade e a intervir no desenho da autoimagem do afro-brasileiro (SOUZA, 2006, p. 14).

A literatura contemporânea reflete nas suas ausências talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso (DALCASTAGNÉ, 2008). “Negros e brancos, mulheres e homens, trabalhadores e patrões, velhos e moços, moradores do campo e da cidade, homossexuais e heterossexuais vão ver e expressar o mundo de diferentes maneiras” (DALCASTAGNÉ, 2008, p. 68), mesmo que alguém venha a ser sensível e solidário à sua causa e aos seus problemas, não terá este vivido as mesmas experiências e, sendo assim, terão outra leitura da sua situação, ao observar de uma perspectiva diferente.

Por isso, não caberia a outro escrever sobre as mazelas que afligem a população negra, se não ela mesma, como vem sendo feito cada vez de maneira mais acentuada, com a História procurando evidenciar o ponto de vista dos marginalizados e suas participações na vida e nos fatos sociais, ao trabalhar uma memória cultural afro-brasileira, esse fato nos remonta às evidências de que a literatura afro-brasileira não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa.

É importante que consideremos, ao tratar especificamente de uma literatura produzida no Brasil, a forma com que “se deu” a colonização do país e em como ela reverberou, e segue se fazendo em todos aspectos e escalas dessa sociedade. É impossível conceber a ideia de uma “pureza” de “não-contaminação”, por isso, faz-se necessário aceitarmos que, assim como não há a formação de uma cultura sem inferência, sem contaminação, não haveria uma literatura “totalmente negra”. Para Souza (2006), a cultura africana da diáspora no Brasil seria uma cultura duplamente híbrida. Primeiro por ser resultado do contato e interação dos povos vindo de África sendo obrigados, como forma de demonstrar resistência, àquilo que seria uma “memória comum”. E depois, em segundo turno, para garantir sua sobrevivência e uma forçada “adaptação” teve que se relacionar com europeus e ameríndios, adotando seus costumes e comportamentos, para garantir a sua sobrevivência e moldar uma espécie de “nova identidade”, com tudo isso “os africanos e afrodescendentes construíram sua memória através da negociação com as várias culturas, negociação cujos reflexos observam-se na hibridização de rituais religiosos, práticas cotidianas e populares (SOUZA, 2006, p. 23).

Para Duarte (2011), o conceito de literatura afro-brasileira é uma formulação elástica e mais produtiva, que abrange tanto a “assunção explícita de um sujeito étnico” que se estende

de Luiz Gama, passando por Lima Barreto, a Cuti, quanto o “dissimulado lugar de enunciação” que acomoda Caldas Barbosa, Machado de Assis, Maria Firmina, Cruz e Sousa, Paula Brito, Gonçalves Crespo, entre outros investindo em fazer da palavra um instrumento para reivindicar espaço, representação e cidadania. Duarte (2011), ao se debruçar nos estudos dessa literatura produzida por afrodescendentes, elabora, além das discussões conceituais, identificadores que distinguiriam a literatura afro-brasileira. Seriam eles:

Uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo (DUARTE, 2011, p. 6).

É, então, a partir da interação desses cinco fatores – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público – que é possível identificar a confirmação de uma autoria de literatura afro-brasileira, de fato. No século XIX, antes mesmo da abolição, pelas vias institucionais ou não, Maria Firmina dos Reis já procurava formas de fazer ouvida as reivindicações negras de seu tempo. Conforme discutido por Souza (2006), os intelectuais do século XIX, enquanto sabedores da força da palavra, conscientes de que a cultura letrada desenhava perfis e comportamentos, fizeram da literatura “veículo de construção e transmissão de ideias e valores que compuseram os discursos oficiais sobre o Brasil” (SOUZA, 2006, p. 64). A elaboração de discursos – fossem eles literários, políticos ou históricos – dava ao sujeito o direito de desfrutar de privilégios, que sempre havia sido restrito a grupos escassos de pessoas que dominavam a leitura e a escrita, e esse fato ganhava ainda mais status se uma pessoa fosse capaz de publicar um texto. Dessa feita, aos negros, afrodescendentes e/ou mulheres “de acordo com a legislação vigente em todo período colonial e extensiva ao século XIX, não caberia escrever, publicar ou mesmo falar de si ou de seu grupo” (SOUZA, 2006, p. 65).

Indo de encontro à realidade de exclusão e segregação, Maria Firmina dos Reis ao se fazer “reconhecida como romancista, fazendo par com o suprássimo dos letrados de São Luís, consistiu, decerto, numa das maiores conquistas para aquela jovem interiorana, despojada de fortuna ou contratos” (MACHADO, 2018, p. 17), elaborou a sua obra criando espaço para a expressão de um grupo excluído, silenciado e tornado invisível nos setores privilegiados. Para Souza (p. 2006, p. 13), “os escritores afro-brasileiros propõem-se a falar de seu lugar étnico-cultural e, a partir dele, sugerem modelo de análise da cultura africana e das relações raciais no Brasil”.

Maria Firmina dos Reis faz da literatura o palco da voz dos seus antepassados, onde os próprios sujeitos escravizados retratam, sob seus próprios pontos de vista, a amargura da escravidão. Lobo (1993) afirma que os personagens de Firmina transmitem a impressão de se tratar de pessoas que a autora realmente conheceu. E seria por conta dessa proximidade e conhecimento das narrativas reais desse povo, que ela escreve inaugurando um olhar não-branco e não-racista ao tratar da realidade de negros e escravizados no Brasil. Também Duarte (2011) destaca a importância do pioneirismo do tratamento dado ao personagem negro na ficção de Firmina. Pois, até então, a figura do negro era sempre descrita como animalizada, infantilizada e/ou demoníaca.

A obra narrativa da autora maranhense apresenta um negro constituído de memória, sentimentos, ternura, saudade e, essencialmente, alguém que já gozou de liberdade plena em seu continente. Com as reminiscências de Preta Suzana, no romance *Úrsula*, é apresentado pela primeira vez na literatura brasileira: a vida levada antes de ter sido arrancada de sua terra natal para ser escravizada pelos “bárbaros”. A saudade que a mulher carregava da filha, a qual nunca mais veria, a lembrança da mãe e do esposo, o desespero que levou a escravizada Joana a enlouquecer, no conto *A escrava*, atormentada pela dor de ter sido separada dos filhos. Essas narrativas nos apresentam mulheres negras distantes do estereótipo criado para tal, o da mulher vista apenas como corpo sexualizado, destinada para prazeres carnavais e trabalho, jamais atrelada à figura de mãe.

Maria Firmina dos Reis mostra a importância de uma literatura afro-brasileira engajada, ao exaltar a ancestralidade africana e retratar o drama existencial do devir negro, dando contornos às situações vigentes e inaugurando esse movimento de autoria afrodescendente. No corpo de seus textos é possível a identificação de cada um dos elementos – a temática, a autoria, o ponto de vista, a linguagem e o público - elaborados por Eduardo de Assis Duarte, que destacam o pioneirismo de Firmina, nos permitindo chamá-la de matriarca da Literatura Afro-brasileira.

Para Duarte (2011, p. 7), “o tema é um dos fatores que ajuda a configurar o pertencimento de um texto à literatura afro-brasileira”, porém, esse é um elemento que demanda cuidado ao ser elaborado. É preciso estar atento ao fato de que a literatura afro-brasileira não aborda só o sujeito afrodescendente, mas todo o universo cultural e social que esse sujeito está envolvido. A temática da diáspora ganha uma nova forma de abordagem. Diferente de quando trabalhada por escritores brancos que colocam o negro, o escravizado, e suas crenças e tradições como folclórico ou exótico, o que acabou estereotipando essa figura sistematicamente colocada à margem da sociedade.



A autoria de Maria Firmina advém de um lugar de fala bastante compromissado em falar dos seus, pois, sendo ela negra, naquele contexto, convivendo frequentemente com escravizados e ex-escravizados, tinha conhecimento das mazelas enfrentadas. Sua escrita questiona a tradição escravocrata e patriarcal, marcada pela estigmatização e pela subalternização das comunidades afro-brasileiras, e em consequência, por seu silenciamento durante séculos.

A instância da autoria como fundamento para a existência da literatura afro-brasileira decorre da relevância dada à interação entre escritura e experiência, que inúmeros autores fazem questão de destacar, seja enquanto compromisso identitário e comunitário, seja no tocante à sua própria formação de artistas da palavra (DUARTE, 2011, p. 9).

Para Eduardo de Assis Duarte (2011, p. 8), o elemento “autoria” é um dos mais controversos e complexos, “pois implica a consideração de fatores biográficos ou fenotípicos, com todas as dificuldades daí decorrentes e, ainda, a defesa feita por alguns estudiosos de uma literatura afro-brasileira de autoria branca”. Em Maria Firmina essa “autoria” é facilmente percebida e legitimada, em suas narrativas o “eu-lírico” e o biográfico, caminham lado a lado, ao trabalhar as escrevivências decorrentes do Brasil oitocentista. Para Cristiane Cortês (2016), a palavra “escrevivência” surge como um neologismo de fácil compreensão semântica: trata da ideia de juntar escrita e experiência de vida, a professora e escritora Conceição Evaristo se apropria do termo “para elucidar o seu fazer poético e lhe fornece contornos conceituais” (CORTÊS, 2016, p. 52).

O ponto de vista, na literatura afro-brasileira, indicaria no texto “a visão de mundo autoral e o universo axiológico vigentes, ou seja, o conjunto de valores que fundamentam as opções até mesmo vocabulares presentes na representação” (DUARTE, 2011, p. 10). Para Souza (2006), desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais, há uma insistência em propor alterações e correções ao sistema de representação da sociedade e suas culturas, sugerindo a participação da alteridade na construção desses valores/representações e recusando as propostas de um cânone único e universal, antes disso, ainda no século XIX, Maria Firmina dos Reis já se movimentava nesse sentido. Em sua obra, a personagem escravizada não é “vítima passiva” da escravidão e nem deveria ser diferente. É ela humanidade saudosa de sua terra natal, de onde foi arrancada de forma violenta. A voz dos escravizados, que experimentaram a liberdade/escravidão, assume um papel social e histórico dentro das narrativas, e é através dessas vozes que a autora constrói a sua denúncia.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

O avanço nos estudos voltados à sociedade, a partir de uma perspectiva étnica e de gênero, veio operar uma série de mudanças no que tange ao estudo tradicional da sociedade em geral, servindo de palco para um intenso processo de renovação que resultou na multiplicação de seu universo temático, de seus objetos e métodos de análise. Com isso, nos últimos anos têm crescido os estudos de teorias e críticas literárias que valorizem, além de textos canônicos e escritores já consagrados pela crítica, as vozes dissonantes que ressoam de espaços e sujeitos antes ignorados por ela. Essa nova perspectiva torna ainda mais valiosa a descoberta das narrativas de Maria Firmina dos Reis.

De acordo com Colasanti (1997), as escritoras estão perfeitamente conscientes de que ainda hoje um preconceito pesado tende a colorir de rosa qualquer obra de literatura feminina. Apesar da onda dos anos sessenta do século XX, que envolveu os escritos das mulheres em um grande e esperançoso movimento, não conseguimos vencer a barreira. O preconceito perdura. Pesquisas mostram que basta a palavra mulher em um título para espantar os leitores homens e abrandar o entusiasmo dos críticos. E embora não precisemos mais nos esconder atrás de pseudônimos masculinos, como no século XIX, sabemos que os leitores abordam um livro de maneira diferente quando ele é escrito por uma mulher ou por um homem. No decorrer deste trabalho, observamos o quão importante se fez os escritos da mulher oitocentista, Maria Firmina dos Reis, para a compreensão de uma historiografia muitas vezes negada a nós: a das mulheres e, ainda, a possibilidade de construção de uma nova perspectiva social.

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BROCA, Brito. **Românticos, Pré-Românticos e Ultrarromânticos**. Brasília. Pólis, 1979.
- CALIZ-MONTORO, Carmen. Feminismo Radical e o Lugar da Nova Mestiça. In: **Relações de Gênero e Diversidades nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999.
- COLASANTI, Marina. Por que nos perguntam se existimos? In: SHARPE, Peggy (Org.). **Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina**. Florianópolis: Mulheres; Goiânia: EdUFG, 1997, p. 33-42.

CORTÊS, Cristiane. Diálogos sobre escriturabilidade e silêncio. In: Constância Lima Duarte, Cristiane Cortês e Maria do Rosário A. Pereira (Organizadoras). **Escriturabilidades, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Idea, 2016.

CUTI (Luiz Silva). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DALCASTAGNÉ, Regina. A personagem do romance contemporâneo e a representação de raça e gênero. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. N. 26, Brasília: UNB, 2018.

DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2007.

DUARTE, Constância Lima. Escritoras nordestinas do século XIX: resgate e história. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: UFBA, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero e etnicidade. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**.v.17, p.6-18. dez. 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado: história e opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2006.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. estabelecimento e introdução de Maria Helena Pereira Toledo Machado. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Maria Firmina dos Reis: escrita íntima na construção do mesmo. *Estud. av. [conectados]*. 2018, vol.33, n.96 [citado 2020- 01-31], pp.91-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

MORAIS FILHO, José do Nascimento. **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luis: COCSN, 1975.

MUZART, Zahidé L. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). **História da Literatura, teorias, temas e autores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MUZART, Zahidé L. (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC. (V. 1, 1999, 960p.; V. 2, 2004, 1184p.).

PERROT, Michelle. **História da sexualização**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène. SENOTIER, Danièle; (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e literatura: histórias de percurso. In: CAVALCANTI, Ildney et al. **Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades**. Maceió: UFAL, 2005.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afrodescendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**/ Florentina da Silva Souza. – 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte Editora UFMG, 2010.

STAMATTO, Maria Inês. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549 - 1910). **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal, 2002.

TELLES, Norma. Maria Benedita Bormann. In: MUZART, Zahidé L. (Org.). **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

*Recebido em: 26/11/2023*

*Aprovado em: 22/12/2023*

*Publicado em: 09/04/2024*



10.29281/r.decifrar.2023.3a\_6